

DESENVOLVIMENTO E COMUNIDADES TRADICIONAIS: A COMUNIDADE DE PESCADORES DE COPACABANA, RIO DE JANEIRO

*DÉVELOPPEMENT ET COMMUNAUTÉS TRADITIONNELLES: LA
COMMUNAUTÉ DE PECHEURS À COPACABANA, RIO DE JANEIRO*

*DEVELOPMENT AND TRADITIONAL COMMUNITIES: THE
COMMUNITY OF FISHERMEN OF COPACABANA, RIO DE JANEIRO*

Letícia Giannella

Doutoranda em Geografia –
Universidade Federal Fluminense
leticiagiannella@gmail.com

Resumo: O artigo aborda as ideias que acompanham a concepção ocidental e hegemônica de desenvolvimento, responsável por desconsiderar as possibilidades reais de transformação social a partir da construção coletiva de desenvolvimentos autônomos. Nosso objetivo é relacionar este debate à discussão sobre comunidades tradicionais, tendo como estudo de caso a comunidade de pescadores de Copacabana, Rio de Janeiro, e seu contexto peculiar de inserção em uma grande metrópole. Buscamos identificar as possibilidades existentes e potenciais para que a comunidade em estudo (e outras que se encontrem em situações similares) possam construir sua própria concepção e seu próprio projeto de desenvolvimento, com base no território.

Palavras-chave: Desenvolvimento, ocidentalização, comunidades tradicionais, expansão urbana, Rio de Janeiro.

Résumé: Le document aborde la question de le développement prises comme synonyme de modernisation et occidentalisation, ce qui conduit la logique d'homogénéisation des villes qui méprise les possibilités réelles de transformation sociale à partir de le développement autonome. Notre objectif est de rendre compte du processus et des idées qui ont impliqué la question de l'hégémonie en développement à la discussion sur les communautés traditionnelles, ayant comme une étude de cas la communauté de pêcheurs de Copacabana, Rio de Janeiro, et de son contexte particulier de l'insertion dans une grande métropole. Nous avons cherché à identifier les opportunités et le potentiel de la communauté à l'étude (et d'autres qui sont dans des situations similaires) peuvent construire leurs propres et leur propre conception et projet du développement, fondée sur le territoire.

Mot-clés : Développement, occidentalisation, communautés traditionnelles, expansion urbaine, Rio de Janeiro.

Abstract: The paper addresses the issue of development taken as synonymous with mo-

dernization and Westernization, which leads a homogenizing logic of cities that overlooks the real possibility of social transformation from autonomous development. Our goal is to relate the process and the ideas that have involved the issue of hegemonic development to the discussion about traditional communities, having as a case study the fishing community of Copacabana, Rio de Janeiro, and its peculiar context of insertion into a big metropolis. We sought to identify the opportunities and potential for the community under study (and others who are in similar situations) can build their own conception and their own project of development, based on territory.

Keywords: Development, westernization, traditional communities, urban expansion, Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

O significado e o sentido da palavra desenvolvimento tornaram-se com o passar do tempo uma espécie de lugar comum, estando presentes nos discursos tanto dos cidadãos em geral quanto dos Estados, das instituições as mais variadas e dos grandes organismos e corporações transnacionais, sendo que poucos procuram explicitar o que estão realmente intencionando dizer quando utilizam este termo.

Neste contexto, é visível uma concepção hegemônica de desenvolvimento que se impõe sobre as mais diversas sociedades do planeta, de modo a fazer com que a reprodução das cidades reproduza a sua lógica. Porém, está claro que este modelo tem mostrado a cada dia suas imensas falhas no sentido de prover uma vida digna às sociedades.

Resta-nos saber que lógica é essa, que mecanismos fazem-na funcionar e que interesses estão por trás da sua generalização para que possamos pensar em alternativas concretas e possíveis de desenvolvimento.

Sendo assim, nosso objetivo com o presente artigo é relacionar as ideias e práticas que têm envolvido a questão do desenvolvimento hegemônico com a existência de comunidades tradicionais¹, tendo como estudo de caso a comunidade de pescadores de Copacabana² e seu contexto peculiar de inserção em uma grande metrópole. Procuramos mostrar com tal abordagem de que forma o processo de desenvolvimento hegemônico e homogeneizador vem se impondo sobre a comunidade ao longo de sua história, sufocando uma possível construção autônoma das ideias e práticas relacionadas ao seu próprio desenvolvimento, a fim de identificar as possibilidades existentes e potenciais para que a comunidade em estudo, e outras que se encontrem em situações similares, possam construir sua própria concepção e seu próprio projeto de desenvolvimento. Focaremos, aqui, na dimensão territorial do desenvolvimento, ou seja, na sua expressão urbana a partir de um olhar histórico.

¹ Sabemos que existe uma ampla discussão sobre os conceitos de comunidade e comunidade tradicional, sendo que alguns dos autores mais expressivos que se lançam sobre esta questão são Bauman (2003), Castells (2000), Diegues (1983), Hall (2005), Hobsbawn (2006) e Vianna (2008). Não caberá neste artigo desenvolvermos uma longa exposição sobre a temática, nos sendo caro dizer que buscamos utilizar ambos os conceitos enquanto ferramentas de ação política não estáticas, ou seja, que necessitam ser permanentemente resignificadas. Ademais, os próprios pescadores em questão se referem a eles próprios como uma comunidade tradicional. Em Giannella (2009), o leitor encontrará um debate mais aprofundado sobre tal questão.

² A comunidade em questão se situa no canto direito da praia de Copacabana (Posto Seis) de quem olha para o mar e é rodeada pelo Forte de Copacabana, o Clube dos Marimbás e o Corpo de Bombeiros, à direita; pela praia em si, à esquerda; pelo mar, à frente; e pela Avenida Atlântica. Atravessando a avenida, tem-se o Hotel Sofitel e muitos prédios residenciais ou mistos, com estabelecimentos comerciais em seus andares térreos. O território da comunidade constitui a sede da Colônia de Pesca Z-13, que abrange as comunidades de pescadores da cidade do Rio de Janeiro desde a Urca até o Recreio dos Bandeirantes, incluindo as comunidades de lagoas como a Rodrigo de Freitas e de Jacarepaguá. No momento da pesquisa, ou seja, entre 2008 e 2009, a comunidade contava com cerca de 40 pescadores, cujas origens e situações são essencialmente diversas. Acredita-se que existam pescadores naquele território desde tempos imemoriais, pois já no início do século XVII encontramos documentos que nomeavam aquele trecho da Praia de Copacabana como Praia das Pescarias. As primeiras fotografias de Copacabana, datadas do final do século XIX, também evidenciam pescadores em atividade e suas casas. Para uma descrição mais detalhada da comunidade, consultar Nehrer (1997) e Giannella (2009).

Para tanto, nossa discussão teórica perpassa pelos conceitos de desenvolvimento e território,³ mostrando possíveis caminhos para a construção de projetos de desenvolvimento mais autônomos e referenciados nos territórios das coletividades que são quase sempre esmagados pelo projeto de desenvolvimento hegemônico. Iniciamos o artigo apresentando o processo de construção e legitimação da concepção hegemônica de desenvolvimento. Em seguida, o trabalho apresenta uma abordagem sobre a materialização desta concepção ao longo do século XX na produção do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro e, mais especificamente, do bairro de Copacabana, procurando evidenciar de que forma a comunidade de pescadores em estudo teria ou não participado deste processo. Por fim, mostraremos as possibilidades criadas a partir da simples existência de comunidades tradicionais em meio aos processos hegemônicos no sentido de buscarmos a construção de desenvolvimentos alternativos, mais autônomos e socialmente justos tendo como base o território e a territorialidade.

DESENVOLVIMENTO E OCIDENTALIZAÇÃO

Em primeiro lugar, consideramos oportuno nos determos brevemente sobre o papel desempenhado pelo discurso na construção da concepção hegemônica de desenvolvimento. Para Stuart Hall (2002) que, a sua vez, se baseia no trabalho de Michel Foucault, o discurso é um conjunto de premissas que provê uma linguagem para falar sobre um tipo particular de conhecimento sobre um assunto. Foucault reluta em considerar o discurso como simplesmente um espelho dos interesses de uma classe particular; para ele, o mesmo discurso pode ser usado por grupos com interesses de classe diferentes, até mesmo contraditórios. No entanto, isto não significa que o discurso é ideologicamente neutro ou inocente, estando sempre implicado em poder, sendo um dos sistemas pelos quais o poder circula. Ademais, aquele que produz o discurso também possui o poder de torná-lo verdade.

Logo, entendemos que o desenvolvimento apenas pôde ser assimilado globalmente através do discurso ou, em outras palavras, o discurso do desenvolvimento resultou na criação de verdades inquestionáveis que são produzidas de alguma forma por quem detém o poder. Mas de onde vem este discurso e com que finalidade?

Na realidade, o discurso do desenvolvimento designa um complexo de idéias que traduzem a ação e o pensamento do Ocidente há não menos do que seis séculos (CASTORIANI, 2002, p. 144). O Ocidente sobre o qual falamos aqui não diz respeito à posição cartográfica de determinadas sociedades, mas sim a todo um sistema de concepções que nos remetem a um determinado tipo de sociedade: aquela desenvolvida, industrializada, urbanizada, capitalista, secular e moderna e que emergiu, principalmente, durante o século XVI (HALL, 2002, p. 57).

Com o Iluminismo, uma das mudanças mais expressivas que ocorreram no entendimento do mundo diz respeito à primazia do desenvolvimento como um fim, uma intenção.

³ O território será abordado aqui de forma sucinta. Para um aprofundamento da aproximação entre este conceito e a existência de comunidades tradicionais, recorrer a trabalhos anteriores da autora (GIANNELLA, 2009).

Deste modo, todas as esferas políticas das sociedades ocidentais passam a agir em nome do desenvolvimento, formulando doutrinas e políticas com a finalidade única de desenvolverem-se (SCHECH & HAGGIS, 2003, p. 6).

O domínio da razão e da ciência a partir de então fez com que as sociedades fossem pensadas em analogia com o conhecimento científico sobre os animais, ou seja, criou-se uma espécie de teoria do darwinismo social onde as diversas sociedades seriam classificadas em padrões de desenvolvimento que iriam do mais primitivo ao mais moderno (SCHECH & HAGGIS, 2003, p. 16), restando aos “primitivos” a opção de tornarem-se “modernos”.⁴ É claro que as sociedades modernas nas quais todas as outras deveriam se basear a fim de atingir o tal desenvolvimento seriam, à época, os Estados-Nação da Europa Ocidental. Ressalta-se que estamos nos referindo aqui ao início dos processos de colonização que acompanharam os descobrimentos dos séculos XV e XVI, o que significa que este pensamento se desenvolveu também para legitimar as ações de exploração/expropriação executadas pelas nações ocidentais.

Os autores chamados de pós-colonialistas vêm tentando retirar o véu que recobre tais ideias ao evidenciar o jogo de interesses que está por trás da assimilação generalizada das mesmas. Verhelst (1992), por exemplo, afirma que, segundo o darwinismo social, as sociedades evoluiriam de formas inferiores para formas superiores, as diferenças culturais sendo conseqüências de retardamentos (p. 26). Lander (2005, p. 34) está de acordo com o autor ao afirmar que “em primeiro lugar está a suposição da existência de um metarrelato universal que leva a todas as culturas e a todos os povos do primitivo e tradicional até o moderno”.

Assim sendo, a modernização deveria resultar na universalização da cultura própria da sociedade industrial moderna, ou seja, a modernização torna-se sinônimo de ocidentalização. Divide-se então o mundo em Ocidente (as nações “modernas”) e “Resto” (os povos “primitivos”, ou o “Terceiro Mundo”). É o momento de intensificação do processo de ocidentalização do mundo.

O simplismo presente nesta separação entre “Ocidente” e “Resto” acaba por representar a homogeneização de uma imensa gama de sociedades que são, no plano vivido, completamente distintas, tanto de um lado quanto de outro. De fato, o discurso do desenvolvimento é de tal forma poderoso que é capaz de fazer com que todas as sociedades acreditem neste modelo civilizatório como sendo o único capaz de dar conta da complexidade da vida, mesmo com tantas evidências de fracassos sucessivos do mesmo. Para muitos, os fracassos vivenciados e observados no dia-a-dia não são entendidos como intrínsecos ao modelo, mas como parte do processo de se alcançar o patamar ideal do desenvolvimento, ou, o que é ainda pior, como falhas intrínsecas a cada indivíduo, cada grupamento social, cada cidade, cada nação. Desta maneira, não se questiona, em momento algum, o sistema complexo que rege a sociedade ocidental, mas sim como fazer para vencer os obstáculos que tanto atrapalham o desenvolvimento das sociedades.

⁴ Com base nesta concepção, Hall (2002) acredita que o senso de Ocidente surge não somente a partir de processos internos que gradualmente moldaram os países da Europa Ocidental em um tipo distinto de sociedade, mas também a partir da diferença entre essas nações – as “modernas” – e o “resto” do mundo – os “primitivos”. “A afirmação da ocidentalidade seria impossível sem a orientalidade, a africanidade, latino-americanidade” (IANNI, 1993, p. 82).

Portanto, o resultado da assimilação generalizada desse discurso e do processo de ocidentalização que o acompanha é a consolidação do modelo europeu e, mais tarde, estadunidense, como aquele no qual todo o planeta deve basear-se para desenvolver-se. Mais ainda, assistimos à consolidação e legitimação do modelo capitalista como um processo civilizatório ocidental, aquele que irá civilizar os povos “não-civilizados”, “atrasados”, “primitivos” (IANNI, 1993, p. 54).

É no contexto de um desenvolvimento ocidentalizado que as sociedades tradicionais, por exemplo, são vistas como empecilhos para o desenvolvimento podendo, portanto, ser descartadas do convívio social. Ou, segundo as idéias do “darwinismo social” que legitimaram o discurso único do desenvolvimento, elas deveriam ser “modernizadas”, legitimando os processos de colonização.

Podemos fazer um paralelo entre essas práticas coloniais de imposição cultural do Ocidente a povos e nações vistos como atrasados ou inferiores e as práticas que vêm da mesma forma as chamadas comunidades tradicionais que são contemporâneas e estão presentes nas mais diversas sociedades já modernizadas do mundo.

Conforme dissemos anteriormente, não caberá no espaço deste artigo aprofundarmos-nos sobre os conceitos de comunidade e comunidade tradicional, o que foi feito em trabalhos anteriores, mas sim construirmos as pontes entre esses conceitos, entendidos aqui como ferramentas de ação política, e as distintas concepções de desenvolvimento, tanto aquelas que têm historicamente constrangido a existência dessas comunidades quanto aquelas que possuem um potencial libertador e transformador, sendo estas últimas construídas com base no território dessas coletividades.

Sendo assim, acreditamos ser de suma importância primeiramente identificar de que forma a concepção hegemônica de desenvolvimento orientou o processo de produção da cidade do Rio de Janeiro, tendo como foco o bairro de Copacabana e como recorte histórico o século XX, procurando relacionar tal processo com a comunidade em estudo. É o que faremos no item a seguir.

O DESENVOLVIMENTO HEGEMÔNICO E SUA EXPRESSÃO NA PRODUÇÃO HISTÓRICA DO BAIRRO DE COPACABANA

No final do século XIX houve, em cada parte do mundo capitalista, um claro recuo do Estado e um comando das ações e relações sociais que produzem o espaço pela burguesia que se consolidava. Neste contexto, as políticas de desenvolvimento e o planejamento urbano estiveram marcados por uma prática urbanística que se voltou unicamente à satisfação dos interesses e estratégias do capital industrial insurgente.

Dentro deste contexto mais amplo e universal de subordinação da produção do espaço urbano aos interesses e exigências do capital, podemos dizer que existiria uma oscilação ao longo da história entre períodos com expressiva e períodos com pouca ou nenhuma intervenção estatal neste processo.

O período que estamos chamando de liberal caracteriza-se por ser um dos que se realizaram com base na pouca intervenção estatal na produção espacial, estando tal intervenção totalmente atrelada às exigências do capital. Fernandes (2008, não paginado) acredita que este período poderia ser subdividido em dois momentos: o primeiro sendo caracterizado pela entrega quase total das cidades à prática do *laissez-faire* que vinha sendo incentivada pelos economistas liberais; e o segundo caracterizado pelas reformas urbanas que se deram da segunda metade do século XIX até o início do século XX e que visavam romper os estigmas da “cidade da noite apavorante” (Hall, 2007), “manifesta especialmente nos bairros miseráveis dos centros industriais ingleses, focos preferenciais de epidemias, marginalidade e rebeliões cada vez mais ameaçadoras ao sistema e seus grupos dominantes” (FERNANDES, 2008, não paginado).

O século XIX no Rio de Janeiro caracterizou-se por ser um momento de grandes transformações e reordenamentos urbanos impulsionados pelo ciclo (e posterior decadência) do café e pela crise da economia açucareira, bem como pela abolição da escravatura e a passagem de um regime escravocrata para um regime capitalista (BERNANDES, 1992, p. 47).

Começava a consolidar-se a cidade liberal por excelência, caracterizada pela transferência das classes altas para os subúrbios distantes “aprazíveis”, das classes médias para zonas intermediárias e pela concentração da população pobre nas áreas centrais tidas como degradadas e insalubres, seguindo a lógica dominante de desenvolvimento das cidades. No final do século XIX e início do século XX, o eixo de urbanização da cidade encontrava-se em expansão na direção de Copacabana e Ipanema. Esta expansão esteve diretamente relacionada à abertura do “Túnel Velho”, ligando o bairro de Botafogo à Copacabana, em 1892, e, em seguida, à chegada da linha de bonde, o que evidencia a relação íntima entre a produção do espaço urbano e os interesses corporativos. Até então, o bairro era um grande areal caracterizado por poucas moradias de pescadores e um ou outro aventureiro que se arriscava a atravessar montanhas e ladeiras íngremes e tortuosas para chegar até ali.

É nesse deslocamento das classes médias e altas para os bairros que então se caracterizavam como subúrbios, entre eles Copacabana, que se inicia o processo de sobreposição de uma lógica hegemônica de desenvolvimento sobre a comunidade de pescadores do Posto Seis. A chegada de novos moradores naquela localidade que se configurava até então como uma vila de pescadores carrega consigo a primeira grande transformação sofrida pela comunidade. A terra passa a ser valorizada e os pescadores começam a ter dificuldades para permanecerem ali. Por outro lado, a chegada de novos habitantes começou a configurar também uma das especificidades daquela comunidade, que é a de se vender os peixes pescados ali mesmo, para os moradores do bairro.

Ao longo do século XX, Copacabana conheceu um crescimento extremamente veloz e assombroso, resultando na configuração de um bairro com uma densidade populacional absurdamente alta com uma imagem ao mesmo tempo caótica e paradisíaca.

A primeira década do século XX representou, de acordo com Abreu (1987, p. 59), uma época de grandes transformações motivadas pela necessidade de adequar a forma urbana às necessidades de criação, concentração e acumulação do capital. A modernização começa a tomar forma. A gestão de Pereira Passos, portanto, preocupou-se em ligar bairros através de vias de transporte individual; alargar ruas e avenidas já existentes; asfaltar ruas; construir vias de acesso rápido da zona sul à zona central (como a Avenida Beira Mar); melhorar e construir jardins; canalizar rios; e aterrar áreas para a construção do Porto do Rio de Janeiro e das avenidas que lhe davam acesso. Em Copacabana, o prefeito construiu a Avenida Atlântica, com seis metros de largura e costeando toda a praia.

Neste primeiro momento de urbanização da Zona Sul carioca, muitas casas foram demolidas, e foi a partir desse período que a população passou a ocupar os morros da cidade, dando origem a algumas das favelas atuais. Outra parte da população que teve suas casas demolidas mudou-se para os subúrbios, iniciando-se o processo de ocupação dos bairros mais afastados. Era o início de novas e importantes contradições que encontramos no espaço do Rio de Janeiro com formas cada vez mais complexas até os dias atuais.

No primeiro período Vargas (fim da Primeira República), de acordo com Nehrer (1997), houve um grande estímulo ao setor de construção civil e à consolidação da ideologia de que morar à beira mar significava ascensão social. Nos anos 40 e 50, começaram a ser construídos em Copacabana os primeiros prédios de inúmeros apartamentos e pavimentos, a fim de satisfazer principalmente os interesses da indústria imobiliária. É neste período que se dá a grande expansão vertical do bairro. Terrenos comprados a preços irrisórios são revertidos em lucros exorbitantes para as construtoras. Ainda, “a falta ou precariedade de uma regulamentação, as deficiências de um código de obras, a força de grandes interesses garantem um crescimento desordenado para o bairro” (VELHO, 1989, p. 23). Ao final da década de 1950, Copacabana já estava transformada em uma “floresta de cimento armado”.

Foi então que a comunidade de pescadores de Copacabana sofreu uma espécie de des-re-territorialização efetiva, sendo destruídas as moradias dos pescadores que viviam na beira da praia. Essa transformação espacial vem acompanhada do discurso do desenvolvimento, da modernização. Com isso, os pescadores começaram a se espalhar pela cidade e muitos, uns anos mais tarde, instalaram-se nas incipientes favelas cariocas (principalmente da Zona Sul), estando nelas até os dias atuais. Podemos calcular quão intensa e veloz (no intervalo de tempo de uma geração) foi essa transformação no cotidiano dos pescadores do Posto Seis.

O que acontece é que hoje nós somos sobreviventes. Por que a gente não ta morando aqui? Aí a gente vai buscar as causas. Nós fomos expulsos, essa é a realidade. Antes eles moravam na praia, cada um tinha o seu barraquinho. Toda tarde ficavam na areia esperando o peixe chegar. (...). Se o peixe deixa de ir a certo pesqueiro, é porque alguma coisa ta acontecendo. Por que o peixe se afastou de certos parcsis?⁵

⁵ Pescador Maurício (nome fictício), em 22 de abril de 2009.

A partir de final dos anos 1960 e durante a década de 1970, já sob a ditadura militar e tendo sido a capital do país transferida para Brasília, o *status* social alcançado por Copacabana começa a decair, ao mesmo tempo em que cresce o prestígio de Ipanema, Leblon e, mais tarde, Barra da Tijuca. O próprio bairro cavou este desprestígio, pois o caos que se instalou em suas ruas em tão pouco tempo foi o principal fator responsável por ele.

O geógrafo Márcio Piñon de Oliveira possui alguns trabalhos que discutem a relação entre este modelo de desenvolvimento ocidentalizado – ainda que o autor não utilize explicitamente esses termos – na cidade do Rio de Janeiro e a perda da cidadania pelos cidadãos, ou seja, a perda do *direito à cidade*. Trabalhamos aqui com um artigo publicado em 2007 que traz para o debate o papel que pode ser desempenhado pela (re)significação da favela enquanto parte do processo histórico de construção da cidade na busca da utopia do direito à cidade. Nele, o autor trabalha a idéia de que a cidade – que surge com o sentido de promover o encontro, o debate, as trocas e a vida comunitária entre os cidadãos diversos – vai tomando ao longo do século XX uma forma voltada à sua mercantilização, acentuando o processo de segregação socioespacial e fragmentação do tecido urbano. O espaço público perde importância enquanto meio de encontro e passa a ser pensado e planejado somente em função da circulação de capital. E com a segregação socioespacial cada vez mais gritante, surge a indústria do medo que vem direcionando (não por acaso) o local de encontro dos cidadãos para “templos do consumo”, como os *shopping centers*.

Copacabana, por ter sofrido o intenso processo de expansão urbana até a década de 1950-60, e por não haver mais espaços físicos disponíveis para novas construções, encontra-se (um pouco) isenta desse processo. Suas ruas não são freqüentadas somente como passagem e não há *shopping centers* nem condomínios fechados no bairro, mas há processos segregacionais também intensos e ousamos dizer que a sua lógica de organização só não foi “planejada” segundo os critérios da Barra da Tijuca, por exemplo, porque a expansão urbana em direção ao bairro foi razoavelmente caótica e, até o final da primeira metade do século XX, a ideologia neoliberal ainda não havia sido legitimada e disseminada globalmente. Ainda assim, os habitantes de Copacabana também sofrem com processos relacionados à decomposição dos sentidos históricos da cidade.

Entretanto, uma vez que a comunidade de pescadores em estudo possui ainda resquícios de um sentido comunitário (GIANNELLA, 2009) e, mais ainda, que todos eles tornaram-se cidadãos urbanos e muitos, moradores das favelas da Zona Sul carioca, podemos traçar um paralelo entre o papel de transformação social que pode ser desempenhado por eles e pelas favelas abordadas por Oliveira (2007). Ressalta-se que não estamos buscando a idealização e o resgate de um período pré-urbanização ou, nas palavras de Oliveira (não paginado), “não podemos voltar a roda da urbanização para trás. É preciso reconhecer, pensar e trabalhar com a atual complexidade que assumiu o espaço urbano”.

Pensar essa complexidade é considerar a cidade funcionando pela simultaneidade dos eventos da vida cotidiana e pela forte diferenciação interna de seus espaços e suas populações, em intensa cooperação. É pensar num direito à cidade que contemple as diferenças

(econômicas, sociais e culturais), inclusive entre as favelas e no seu interior (OLIVEIRA, 2007, não paginado).

O processo de desenvolvimento hegemônico cria fraturas na sua própria consolidação que permitem a coexistência de modos de vida contra-hegemônicos que, ainda que hegemônicos, possuem um potencial transformador ao evidenciar possibilidades de construção de outros desenvolvimentos, estes sim mais autônomos e socialmente justos. Ademais, a existência de grupos sociais como a comunidade de pescadores em estudo em grandes metrópoles possibilita um processo de hibridização cultural que, se por um lado, pode enfraquecer a luta coletiva do grupo por melhores condições de vida e até mesmo pela construção de um desenvolvimento autônomo, por outro, pode fortalecer o seu processo de resistência à medida que, ao incorporar elementos hegemônicos, dificulta um possível esmagamento do grupo. Falemos sobre este assunto a seguir.

AS FRATURAS DO DESENVOLVIMENTO HEGEMÔNICO E AS COMUNIDADES TRADICIONAIS

Há uma idéia generalizada de que o mundo atual estaria, devido a essa totalização contínua, tornando-se uma aldeia global, ou, mais ainda, de que o tempo estaria por apagar o espaço. Stuart Hall (2005, p. 77) também acredita que este quadro, na forma como é colocado, é simplista, exagerado e unilateral. Na verdade, o que mais circula pelos meios de informação globais são informações pragmáticas, manipuladas por uns poucos atores em seu próprio benefício. Ainda, podemos dizer que a parcela de pessoas que pode se beneficiar plenamente dos novos meios de circulação que supostamente apagariam o espaço é mínima. Santos (1997, p. 182) declara: “a força própria do lugar vem das ações menos pragmáticas e mais espontâneas, frequentemente baseadas em objetos tecnicamente menos modernos e que permitem o exercício da criatividade”. Ainda:

Ao mesmo tempo, parcelas significativas do espaço escapam aos rigores das normas rígidas. Velhos objetos e ações menos informadas e menos racionais constroem paralelamente um tecido em que a vida, inspirada em relações pessoais mais diretas, mais frequentes e menos pragmáticas, pode ser vivida na emoção e o intercâmbio entre os homens é criador de cultura e de recursos econômicos (SANTOS, 2003, p. 183).

Há uma relação dialética que torna o espaço tanto produtor quanto produto social, de forma que as condições existentes em cada lugar acabam por tornarem-se elementos de seletividade para a absorção dos sistemas técnicos. Seguindo esse raciocínio, muitos lugares são tidos como excluídos do sistema dominante, e acabam por funcionar segundo outra lógica na relação homem-meio.

Os espaços de resistência podem ser espaços criativos, espaços de criação de novas formas de viver a experiência espacial. Criam-se, desta forma, múltiplas geografias, “cada uma com suas particularidades e de acordo com o seu tempo” (RUA *et al.*, 2009, não paginado).

Mas essas múltiplas geografias estão sempre, em maior ou menor grau, “contaminadas” pelo discurso hegemônico e pela realidade “oficial” e, sendo assim, a construção de alternativas deve ser proposta de forma não idealizada, ou seja, considerando essas múltiplas interações identitárias transescalares, que não desaparecem de um dia para outro.

A dimensão cultural do desenvolvimento, neste contexto, vem sendo estudada no seio das medidas de representatividade e contestação das comunidades tradicionais em relação ao ideário capitalista-moderno-ocidental, conquanto não alcance ganhos significativos a não ser isoladamente (RUA *et al.*, 2009).

Será que esses ganhos não têm sido isolados justamente devido a essa idealização a que estamos nos referindo? De fato, muitas vezes aquele que era um espaço de resistência e contestação transforma-se em espaço concebido. O espaço das representações dos habitantes dessas áreas, marcado pelo cotidiano vivido, vai sendo alterado – com leituras particulares de cada indivíduo e coletividade – e veem-se integrados (espaço e indivíduos/coletividades) aos discursos-base a que aderem ou são coagidos a aderir.

Quando isso não ocorre, a nação chamada de passiva passa então a ser ativa, através da tomada de consciência trazida pelo seu enraizamento no meio e pela experiência da escassez, tornando possível “a produção de um projeto, cuja viabilidade provém do fato de que a nação chamada passiva é formada pela maior parte da população, além de ser dotada de um dinamismo próprio, autêntico, fundado em sua própria existência” (Santos, 2003, p. 158).

No fundo, a questão da escassez aparece outra vez como central. Os “de baixo” não dispõem de meios (materiais e outros) para participar plenamente da cultura moderna de massas. Mas sua cultura, por ser baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha a força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massas. Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada. Essa cultura da vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da escassez e a experiência da convivência e da solidariedade. É desse modo que, gerada de dentro, essa cultura endógena impõe-se como um alimento da política dos pobres, que se dá independentemente e acima dos partidos e das organizações. (...) os símbolos “de baixo”, produtos da cultura popular, são portadores da verdade da existência e reveladores do próprio movimento da sociedade (SANTOS, 2003, p. 144-145).

A tendência à mistura entre povos; a urbanização concentrada; o peso da ideologia nas construções históricas atuais; o empobrecimento relativo e absoluto das populações e a perda de qualidade de vida das classes médias; o grau de relativa “docilidade” das técnicas contemporâneas; a “politização generalizada” permitida pelo excesso de normas; e a realização possível do homem são dados do presente que apontam para transformações que já vêm acontecendo (SANTOS, 2003, p. 161).

O entendimento da era da globalização, segundo o autor, deve contar com uma investigação sistêmica cuidadosa, de modo a que cada coisa seja redefinida em relação com o todo. Para tanto, devemos nos ater à manifestação deste todo, que se encontra na unidade das téc-

nicas e das ações. A grande mutação será a mutação filosófica do homem, dando um novo sentido à existência humana e do planeta. Esta deve completar a mutação tecnológica em curso, que por sua vez pode vir a ser a condição para a construção de um mundo centrado no homem. “A mesma materialidade, atualmente utilizada para construir um mundo confuso e perverso, pode vir a ser uma condição da construção de um mundo mais humano” (SANTOS, 2003, p. 174).

É nesse sentido, e preocupando-se em não se tornar um espaço concebido, que as comunidades tradicionais podem reagir, construindo identidades de resistência. Os pescadores vêm vivenciando, nos últimos anos, uma luta desigual pela sobrevivência. De um lado, estão os atores hegemônicos, como os industriais da pesca; de outro lado estão eles, os hegemônizados.

Quando olhamos para isto, é exatamente a nossa preocupação. O Brasil nessa intenção de produzir e produzir, adotou vários modelos de pesca, na década de 90, no governo FHC, e que foi uma tragédia. Nós tivemos empresas internacionais que vinham pescar aqui, empregava pescadores brasileiros em menos quantidade que eles e lá naquele lugar pior, no ultimo lugar, acho que isso foi um grande prejuízo, além do que já acontecia aí fora das 200 milhas. Então esse modelo veio *pro* Brasil, exploraram e ainda exploram de forma absurda. Estava conversando agora com um moço que veio num barco do Rio Grande do Sul. Ele veio comprar combustível aqui e encostou com o barco de apoio, e eles precisavam de 40 toneladas de sardinha para sair para mar aberto. Então eu acho que esse modelo de pesca não é muito legal. Se essas 40 toneladas fossem divididas em 40 barcos e cada barco levasse 1 tonelada, esses 40 barcos empregando 10 cada um seriam 400, enquanto um barco desse só emprega 50. Eu acho que assim seria muito mais viável.⁶

Trata-se do conflito entre duas lógicas de desenvolvimento: uma exógena e outra endógena. Contudo, a lógica endógena – a lógica tradicional da pesca artesanal – tende a desaparecer com a hegemonia da primeira. Isso porque domina a idéia de que desenvolver é crescer, é ter mais, é pescar mais... Com o passar do tempo, foram-se constituindo práticas que se voltaram para este ideal de desenvolvimento e, portanto, ignoraram o modo de produção tradicional. Hoje assistimos à tragédia gerada por tais práticas, uma vez que os recursos pesqueiros encontram-se em escassez. Contudo, como dissemos, essa mesma escassez, acompanhada de uma tomada de consciência crítica, possui o potencial de gerar uma reação efetiva de mudança social.

Como uma forma de resistir a um processo de desaparecimento, vemos na comunidade em estudo a coexistência de valores e práticas “tradicionais” e “modernos”. Esta hibridização cultural se dá a partir da expansão urbana em direção ao bairro que vem acompanhada de signos e códigos modernos e ocidentais que, por sua vez, sobrepõem-se à comunidade. Contudo, os pescadores persistem, e acreditamos que tal persistência se dê justamente pela incorporação desses valores. Sendo assim, acreditamos que a construção de uma concepção de desenvolvimento autônoma deva passar pela compreensão deste processo hibridizador.

Um dos inúmeros fatores que exemplificam bem essa hibridização é a adaptação das artes de pesca na comunidade. Ao mesmo tempo em que as técnicas empregadas são téc-

⁶ Pescador Maurício (nome fictício), em 22 de abril de 2009.

nicas consideradas “tradicionais”, porque antigas, há uma espécie de modernização das mesmas, uma “evolução” que acompanha a modernização da sociedade, como os próprios pescadores reconhecem...

São tradicionais, *né?* São passadas de pescador pra pescador. Vai aprendendo, mas sempre vai evoluindo, *né?* Cada dia tem uma coisa nova, igual à pescaria, cada dia é um dia diferente do outro. Essas coisas novas acompanham o movimento da sociedade. Um descobre um negócio novo, um tipo de rede diferente. Sempre chega, demora, mas chega, e vai aprendendo.⁷

Os valores “tradicionais” perduram porque são ainda passados de geração para geração, mas, nos tempos atuais, manter essa rede de transmissão de conhecimento, crenças e modos de vida está cada dia mais difícil, pois os pescadores, muitas vezes, não são de famílias que vêm da pesca: são cidadãos que procuram na pesca um meio de tentar sair da situação de pobreza em que se encontram na cidade segregada. Deste modo, não há vínculos, não há mais o respeito pelo mais velho que havia tradicionalmente, ainda que tal falta de respeito e consideração seja pontual, vinda de alguns membros e não da maioria dos pescadores, conforme observamos em nossas idas ao campo. Seu Noca é atualmente o pescador mais antigo da comunidade. Apesar de ter vivido sempre da pesca e ter criado seus filhos com a renda proveniente da atividade, sempre em Copacabana, ele afirma ter desistido de pescar há cerca de 15 anos, quando começou a perceber o descaso dos pescadores mais novos com o ambiente e com os pescadores mais velhos. “Quando era do lado de lá,⁸ era uma coisa maravilhosa, maravilhosa mesmo. Só tinha homens, homens responsáveis. Os garotos que tinham eram só dois, eu e um irmão meu. Mas nós respeitávamos muito os velhos, hoje eles não fazem muito isso”.

Ainda assim, a tradição persiste, os conhecimentos sendo ainda passados, de alguma forma, dos pescadores mais velhos para os que chegam. Além disso, a pesca artesanal, segundo um ponto de vista relativo às técnicas pesqueiras mais modernas, é de fato uma atividade tradicional. Porém, a tradição se adapta e se recria constantemente, não sendo algo estático e congelado. Assim, a lógica da comunidade é também uma lógica um pouco ocidentalizada, principalmente no que se refere às relações de produção envolvidas na atividade de pesca do grupo.

Neste contexto, tomamos a comunidade como uma comunidade tradicional, mas partindo de uma idéia de tradição (re)significada. Na realidade, o grupo é constituído por cidadãos que vivem e atuam dentro de limites que os constroem, como a imensa maioria da população desprivilegiada de nossas cidades. Desta maneira, podemos dizer que a comunidade não é nem um grupo estático e isolado do movimento da sociedade e nem um grupo totalmente inserido nas relações que envolvem a sociedade “abrangente” a ponto de deixar de ser uma comunidade tradicional.

⁷ Pescador Zico (nome fictício), em 23 de junho de 2009.

⁸ “Do lado de lá” refere-se ao tempo em que a comunidade estava instalada no outro lado da atual Avenida Atlântica, antes de seu alargamento. Naquele momento, os pescadores moravam próximos à praia e, segundo seu Noca, havia um forte sentido comunitário da existência cotidiana deles.

Torna-se clara então a afirmação de que o processo de modernização de uma sociedade segundo a lógica capitalista global é de fato avassalador perante as comunidades tradicionais não quer dizer “que inexistem qualquer margem de manobra para a defesa da qualidade de vida e da identidade cultural por parte de coletividades territorialmente referenciadas” (SOUZA, 2006, p. 10).

Latouche (1994), Jean Chesneaux (1996) e muitos outros estudiosos do tema do desenvolvimento, como Ianni (1993), apontam para fraturas no processo de uniformização planetária que permitiriam o despontamento de formas de afirmação cultural antiocidentais. “O desenvolvimento não é um modelo generalizável; trata-se antes de um instrumento de dominação do mundo cuja dinâmica complexa aumenta constantemente, ou recria, as fraturas na ‘infra-estrutura’” (LATOUCHE, 1994, p. 83).

A crise do desenvolvimento, então, seria uma crise cultural, pois através dessas fraturas as frustrações voltar-se-iam sob formas culturais identitárias afirmativas, antiocidentais. Estas não seriam antidesenvolvimento, mas seriam antiocidentais, e então o desenvolvimento não mais seria tomado como sinônimo de ocidentalização. Isto vem se relacionando intimamente com a idéia do desenvolvimento local. Segundo Ianni (1993, p. 77),

Apesar da ocidentalização contínua e reiterada, contraditória e desigual, o que a história revela é uma pluralidade de mundos. Muitas e diferentes formas de vida, de trabalho, pensar e sentir, ser e imaginar. **De par-em-par com a ocidentalização, criam-se e recriam-se distintas formas civilizatórias.** (grifo nosso)

Destacamos a expressão “de par-em-par com a ocidentalização” a fim de ressaltar que a construção de identidades defensivas e de resistência não pode ser tomada de forma purista e simples, pois, conforme estamos reiterando neste trabalho, a realidade complexa pós-moderna embaça os limites entre aquilo que homogêneo e aquilo que resiste, ainda mais no caso da comunidade em estudo: uma comunidade tradicional situada em uma metrópole.

Assim, constrói-se empiricamente através das múltiplas interações entre a comunidade e o processo de desenvolvimento da sociedade “abrangente”, uma pluralidade de mundos. E certamente esta pluralidade revela o desenvolvimento em suas múltiplas formas: os desenvolvimentos (RUA, 2007). Este seria o verdadeiro desenvolvimento, o desenvolvimento tal como é, ou o desenvolvimento real. Ou seja, os desenvolvimentos são todos atrelados a um discurso único que acaba por gerar múltiplas contradições e desigualdades, todas as mais diversas possíveis. Ao mesmo tempo, tais contradições resultantes do “pensamento único” constroem outras qualidades de desenvolvimentos, que podem tanto pender para os interesses dos mais poderosos quanto para os interesses de cada grupamento social, com suas próprias demandas e necessidades.

As evidências reais de múltiplos desenvolvimentos, de múltiplos momentos em meio à aparente homogeneidade do mundo – bem como a idéia de que tais desenvolvimentos podem e devem ser construídos a partir das aspirações e necessidades de cada grupamento social –, contraria a lógica apregoada pelo discurso único do desenvolvimento.

As comunidades tradicionais possuem um papel importante nesse jogo, pois são capazes de criar modelos próprios e mais justos de desenvolvimento, tanto resgatando e perpetuando suas tradições genuínas quanto re-inventando-as. Elas podem se contrapor à homogeneização do espaço, resistir a ela, até mesmo no território das grandes cidades, ou seja, até mesmo assimilando os valores e modos de vida do “pensamento único”. Por isso a idéia da comunidade de Castells enquanto categoria política de transformação social, ainda que o autor idealize razoavelmente tais comunidades. A lógica da comunidade de pescadores de Copacabana resiste, ainda que precariamente, à lógica universalizante, modernizadora. Ao mesmo tempo, ambas as lógicas se integram, se “amalgamizam”.

O grande problema é que essa integração se dá de fora para dentro e de forma desigual. Nós não estamos aqui propondo que o grupo volte a ser uma comunidade isolada do restante da sociedade. Isso seria uma utopia tamanha e impossível de ser alcançada. O que propomos é uma integração mais justa, que parta de dentro das necessidades da comunidade, ou seja, que vise o desenvolvimento sob a ótica da própria comunidade, da libertação e autonomia nas decisões e práticas, e não o desenvolvimento sob a ótica exógena, única e ocidentalizadora, que, ao que parece, tem ocorrido com o passar das décadas em cada canto do planeta.

OUTROS DESENVOLVIMENTOS: POSSIBILIDADES A PARTIR DO TERRITÓRIO

Considerando a perspectiva híbrida e relacional do território (HAESBAERT, 2006), Saquet (2007) propõe que pensemos também em um movimento recente das ideias que o envolvem enquanto categoria de ação política e transformação social. Tais ideias dizem respeito ao papel desempenhado pelo território na discussão sobre sustentabilidade e desenvolvimento local que tem se consolidado ao longo das duas últimas décadas e cuja preocupação dominante possui relação com as articulações territoriais para o desenvolvimento (local), sendo o território e a territorialidade apresentados como instrumentos poderosos de transformação social.

O território é condição de processos de desenvolvimento. É natureza e sociedade, manifestando-se de forma específica em diferentes lugares. Nas condições territoriais do desenvolvimento, (...), há fertilidade do solo, clima, atrativos paisagísticos, estratificação social, cultura familiar específica, tradições de empreendimentos, associações de moradores, relações sociais, posses/propriedades, redes de circulação e comunicação (SAQUET, 2007, p. 113-114, grifo nosso).

A territorialidade, neste sentido, seria a mediação simbólica, cognitiva e prática que a materialidade dos lugares exercita sobre o agir social, conforme citação abaixo:

A territorialidade é um fenômeno social que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço. Ao mesmo tempo, a territorialidade não depende somente do sistema territorial local, mas também de relações intersubjetivas; existem redes locais de sujeitos que interligam o local

com outros lugares do mundo e estão em relação com a natureza. O agir social é local, territorial e significa territorialidade (SAQUET, *op. cit.*, p. 115).

A territorialidade dá identidade ao lugar. E é por isso que as políticas de desenvolvimento devem partir de um reconhecimento das relações existentes no lugar, de uma geografia das territorialidades. “Esta pode ser uma geografia das possibilidades de desenvolvimento” (Saquet, *op. cit.*). O território e suas territorialidades, neste sentido, possuiriam um caráter político transformador poderoso em direção à autonomia das sociedades.

Assim sendo, o território pode ser reivindicado como uma forma de resistência. Segundo Rua (2007, p. 161),

[...] as resistências e a busca de territorialidades alternativas (que recusam as des-territorializações impostas pelas representações dominantes) têm sido sufocadas (quase sempre pela força), mas têm apresentado momentos de viva atividade, como no presente, se não cairmos na armadilha do antagonismo democracias ocidentais versus terrorismo. Há sempre uma relação dialética entre os processos globais de reestruturação do capitalismo com as resistências de nível local que, quase sempre derrotadas até o momento, têm antagonizado os modelos ocidentais de desenvolvimento. Essas resistências se dão nas nesgas do vivido das práticas espaciais cotidianas em oposição ao processo brutal e transescalar das transformações (desenvolvimento) criadoras de renovadas representações.

Apontamos aqui para pequenas ações que podem contribuir para a construção deste outro desenvolvimento, pensando especificamente na comunidade de pescadores de Copacabana e suas demandas. Destacamos que as medidas que serão listadas abaixo não são o resultado da construção deste desenvolvimento alternativo, mas sim pequenos passos para facilitar o processo de construção do mesmo. Estamos falando aqui de medidas simples, como:

- A eleição de pescadores e por pescadores para as diretorias das Colônias de Pesca, das Federações e da Confederação de Pesca, bem como a contratação de pescadores para atuar nos órgãos executivos do governo, como o Ministério da Pesca e Aquicultura;
- A organização de fóruns regulares de discussão entre os pescadores e as instâncias públicas e privadas que produzem a cidade;
- A melhoria do escoamento da produção através da instalação de frigoríficos próprios, de certificação e de ações de marketing para atrair compradores no atacado e no varejo;
- A construção de um quiosque/restaurante para que os pescadores possam vender o peixe preparado para o consumo dos clientes, dando mais visibilidade à comunidade e melhorando o escoamento da produção;
- O desenvolvimento de alternativas relacionadas ao turismo (autorização e concessão de embarcações para passeios nas Ilhas Cagarras, por exemplo) para os momentos em que a pesca estiver “em baixa” ou nos períodos de defeso;
- A alocação de recursos financeiros voltados para a reforma das embarcações e dos petrechos necessários à atividade;
- O direcionamento de um olhar para os problemas urbanos enfrentados por eles;

- A fiscalização da pesca ilegal;
- A criação de Reservas Extrativistas Marinhas, etc.

Estas ideias devem estar sempre acompanhando o contexto hegemônico, ainda que representem uma forma de resistência a ele. São algumas sugestões que nos vêm à mente em um primeiro momento e que abordam a problemática enfrentada pelos pescadores sem que eles deixem de ser uma comunidade tradicional, se tomarmos a tradição como um conceito ressignificado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos neste artigo identificar a relação entre a concepção hegemônica de desenvolvimento, sua materialização na produção do espaço urbano e a existência de comunidades tradicionais, bem como as possibilidades que essas comunidades oferecem para a construção de concepções alternativas de desenvolvimento que sejam mais autônomas e socialmente justas. Existem inúmeros estudos sobre comunidades tradicionais, mas poucos que abordem aquelas que se territorializam em grandes cidades. O aprofundamento do estudo dessas comunidades permanece como apontamento para pesquisas futuras.

Procuramos também apontar para pequenas ações que podem contribuir para um processo de construção de uma concepção de desenvolvimento que seja própria à comunidade em questão e que possa permitir sua reprodução e permanência.

Ressaltamos a importância de não considerarmos a comunidade como um grupo social estático ou isolado do restante da cidade. Necessitamos ter em mente que estamos falando de uma coletividade que, por estar inserida em uma grande metrópole, possui peculiaridades que precisam ser consideradas na proposição de qualquer consideração sobre a mesma. Contudo, a categoria comunidade tradicional possui forte conotação política enquanto ferramenta de transformação social e, portanto, não pode ser deixada de lado na luta pela melhoria da qualidade de vida daquele grupo. Trata-se de uma tradição que deve ser permanentemente ressignificada e é justamente essa ressignificação o motor para a construção de estratégias de resistência do grupo que envolvem a construção de concepções alternativas de desenvolvimento.

Além disso, uma vez que a primeira fonte de reconhecimento e identidade que uma coletividade tem em relação a si própria é o seu território, é importante que as políticas de desenvolvimento e os processos participativos que deverão possibilitar a construção desse desenvolvimento autônomo desejado pela comunidade considerem que suas ações devem estar embasadas sempre no território do grupo. Isto significa que deverá ser compreendida a forma com a qual se dão as relações sociais de poder que configuram aquele espaço, territorializando-o.

Finalizando, podemos dizer que o campo está aberto a investigações e há muito a ser pesquisado. O artigo procurou apontar para pequenas conclusões retiradas a partir de uma pesquisa para a elaboração de uma dissertação de mestrado e contou com a participação da

autora no cotidiano da comunidade entre os meses de junho de 2008 a setembro de 2009. É importante que sejam estimulados trabalhos a respeito das comunidades tradicionais que resistem em meio a intensas transformações urbanas, uma vez que grande parte dos estudos existentes tem focado seu objeto na relação entre essas comunidades e o sistema de unidades de conservação. Também observamos, ao longo da nossa pesquisa, que são poucos os geógrafos dedicados à temática do desenvolvimento, ficando como sugestão a incorporação deste assunto em mais trabalhos dentro do nosso campo de atuação.

Por fim, gostaríamos de ressaltar a importância (e tendência) da geografia e demais ciências sociais voltarem-se hoje para o estudo das resistências e possibilidades de construção de uma outra sociedade (ou outras sociedades), destacando o imenso campo aberto pelos estudos das comunidades tradicionais, suas práticas, saberes e anseios.

REFERÊNCIAS

ABREU, M. A. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Iplanrio/Zahar, 1987. 147p.

BAUMAN, Z. **Comunidade**: a busca por segurança no mundo atual. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

BERNARDES, L. M. C. Evolução da paisagem urbana do Rio de Janeiro até o início do século XX. In: ABREU, Maurício de (org.). **Natureza e sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 1992.

CASTELLS, M. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume II – **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto II**: domínios do homem. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CHESNEAUX, J. **Modernidade-mundo**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. Capitalismo e morfologia urbana na longa duração: Rio de Janeiro (século XVIII-XXI). In: **Scripta Nova**. Revista Electronica de Geografia y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, v. XII, n. 270(56), 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-270-56.htm>>. Acesso em: ago. 2008.

GIANNELLA, L. **Entre o mar e a metrópole**: desenvolvimento, território e identidade da comunidade de pescadores de Copacabana, Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2009. 161p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do ‘fim dos territórios’ à multiterritorial-

lidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HALL, P. **Cidades do amanhã**: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2007.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

_____. The West and the rest: discourse and power. In: SCHECH, S. & HAGGIS, J. (orgs.). **Development: a cultural studies reader**. Oxford (UK)/Malden (USA): Blackwell, 2002, p. 56-64.

HOBSBAWN, E. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

IANNI, O. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

LANDER, E. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocentrismo. In: _____ (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 105-132.

LATOUCHE, S. **A ocidentalização do mundo**: ensaio sobre as significação, o alcance e os limites da uniformização planetária. Petrópolis: Vozes, 1994.

NEHRER, R. **Colônia de pescadores do Posto Seis**: tecnologia e estratégias de usos de recursos. Rio de Janeiro. 1997. 183p. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas – Ecologia) – Instituto de Biologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, M. P. A favela e a utopia do direito à cidade no Rio de Janeiro. **Scripta Nova**. Revista Electronica de Geografía y de Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, v. 11, n. 245 (34), 2007. Não paginado. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24534.html>>. Acesso em: jul. 2009.

RUA, J. et al. **Globalização e desenvolvimento**: emergência de novas espacialidades. ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12. 2009, Montevideo. **Anais eletrônicos...** Montevideo: Universidad de la Republica Del Uruguay, 2009.

RUA, J. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. In: RUA, João (Org.). **Paisagem, espaço e sustentabilidades**: uma perspectiva multidimensional da geografia. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2007. p. 143-193.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SAQUET, M. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHECH, S; HAGGIS, J. **Culture and development**: a critical introduction. Oxford (UK)/Malden (USA): Blackwell Publishing, 2003.

SOUZA, M. L. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

VERHELST, T. **O direito à diferença**: identidades culturais e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1992.

VELHO, G. **A utopia urbana**: um estudo de antropologia social. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

VIANNA, L. P. **De invisíveis a protagonistas**: populações tradicionais e unidades de conservação. São Paulo: Annablume, 2008.